



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MÔNICA

Santa Mônica - Estado do Paraná

CNPJ 95.641.916/0001-37

Rua Marieta Mocellin nº 588 - Cep 87.915-000

Fone/Fax (44) 3455-1107 - E-mail: prefeitura@santamonica.pr.gov.br

PUBLICADO NO DIÁRIO DO NOROESTE	
EDIÇÃO Nº	17.387
PÁGINA Nº	18
DATA	07/ maio 2016

LEI Nº. 022/2016

Súmula: Estabelece os subsídios dos Vereadores e do Vereador Presidente da Câmara Municipal de Santa Mônica, Estado do Paraná, para a legislatura 2017/2020, fixando-os em observância aos ditames da Carta Magna e nos termos da Lei Orgânica desta municipalidade.

FAÇO SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU, E EU, PREFEITO MUNICIPAL SANCIONO A SEGUINTE LEI:

Art. 1.º - Os Vereadores receberão na legislatura de 1º de janeiro de 2017 a 31 de dezembro de 2020, em parcela única, o subsídio mensal fixando em R\$ 3.800,00 (três mil e oitocentos reais), e será dividido proporcionalmente ao número de sessões ordinária realizadas em cada mês.

Art. 2.º - A ausência injustificada do Vereador às reuniões de qualquer Sessão Legislativa implicará em desconto, por reunião, a ser efetuado em folha de pagamento, na proporcionalidade citada no art. 1.º desta Lei.

§1.º - Não terá a redução proporcional do subsídio a ausência de matéria a ser votada e a não realização da sessão por falta de quorum.

§2.º - O Vereador licenciado por moléstia devidamente comprovada ou para desempenhar missões temporárias de caráter cultural ou de interesse do Município terá direito ao subsídio integral.

§3.º - O Vereador licenciado para tratar de interesses particulares não terá direito ao recebimento do subsídio.

§4.º - As ausências às sessões poderão ser justificadas e o subsídio deverá ser pago quando, comprovadamente, o Vereador deixar de comparecer por estar representando oficialmente o Legislativo em atos externos ou nos casos de doença, mediante apresentação de atestado médico que deverá instruir requerimento dirigido ao Presidente da Câmara, no prazo de 5 (cinco) dias imediatamente posterior ao evento.

§5.º - Quando o Vereador estiver representando oficialmente o Legislativo, sua ausência será justificada pelo Presidente da Câmara em sessão, constando da ata o seu registro

Art. 3.º - Quando o vereador for servidor municipal lotado em cargo efetivo, o mesmo receberá o vencimento do cargo efetivo e o valor do subsídio, podendo neste caso acumular em virtude de compatibilidade de horários, conforme inteligência do art. 38, III da CRFB.

Art. 4.º - O subsídio do Presidente da Câmara, para a legislatura de 1º de janeiro de 2017 a 31 de dezembro de 2020, fica fixado, em parcela única mensal, no valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) e será dividido proporcionalmente ao número de sessões ordinárias realizadas em cada mês, aplicando-se, no que couber, as disposições do art. 2.º e ss. desta Lei.

Art. 5.º - Durante o período de recesso parlamentar será devido aos Vereadores e ao Vereador Presidente da Câmara Municipal, o subsídio integral.

Parágrafo único - Na convocação da Câmara nos recessos legislativos regimentalmente previstos é vedado o pagamento de parcela indenizatória, em razão da convocação.

Art. 6.º - Os subsídios de que trata esta Lei serão reajustados, nas mesmas datas e nos mesmos índices em que for concedida a revisão geral anual da remuneração dos servidores municipais, conforme inteligência do art. 37, X da Constituição Federal, exceto no primeiro ano de mandato.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MÔNICA

Santa Mônica - Estado do Paraná

CNPJ 95.641.916/0001-37

Rua Marieta Mocellin nº 588 - Cep 87.915-000

Fone/Fax (44) 3455-1107 - E-mail: prefeitura@santamonica.pr.gov.br

Art. 7.º - O Substituto legal que, na forma regimental, assumir a Presidência, nos impedimentos ou ausências do Presidente, fará jus ao recebimento do subsídio fixado no art. 4.º desta Lei, proporcionalmente aos dias do efetivo exercício do cargo.

Art. 8.º - Em caso de substituição, na forma regimental, os Vereadores suplentes terão direito ao valor do subsídio mensal proporcional aos dias do efetivo exercício do cargo.

Art. 9.º - As despesas com a execução da presente Lei correrão por conta de dotação própria consignada no orçamento municipal, suplementada se necessário for.

Art. 10 - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º de janeiro de 2017.

Santa Mônica, Estado do Paraná, em 06 de maio de 2016.

SERGIO JOSE FERREIRA

Prefeito Municipal

Artigo 1º - Fica aberto no orçamento municipal, no âmbito do Fundo Municipal de Saúde - Pronto Atendimento, no valor de R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais), para a seguinte dotação orçamentária:

Suplementação

07	SECRETARIA MUNICIPAL SAÚDE	
37.903	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - PRONTO ATENDIMENTO	
10.302.0028.2.053.000	Aquisição de Medicamentos - Consórcio Saúde	
0304 - 3.3.92.30.00.00	Material de Consumo - Fonte 00000	60.000,00
Total Suplementação:		60.000,00

Artigo 2º - Para atender o disposto no Artigo 1º desta Lei, servirá como recursos, os resultantes de aplicação parcial ou total de dotações orçamentárias, conforme discriminação abaixo, de acordo com o Artigo 43 § 1º, inciso II, da Lei Federal nº 4.320/64.

Redução

07	SECRETARIA MUNICIPAL SAÚDE	
37.903	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - PRONTO ATENDIMENTO	
10.302.0028.1.098.000	Aquisição de Van para Saúde	
0304 - 4.4.90.52.00.00	Equipamentos e Material Permanente - Fonte 00000	60.000,00
Total Redução:		60.000,00

Artigo 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de SANTA MÔNICA,
Estado do Paraná, em 17 de maio de 2016.

Sergio Jose Ferreira
Prefeito Municipal